

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: UM ESTUDO DE CASO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE LINS ANALYSIS OF FINANCIAL STATEMENTS: A CASE STUDY IN LINS CITY HALL

Anna Victória Gonzalez Rocha – annav.grocha@gmail.com
Cássia Ferreira Carvalho – cassia_carvalho00@yahoo.com.br
Edilson Alves da Silva – silva_e100@outlook.com
Victória Rúbia Bernegozzi – victoria.ru.ber@gmail.com
Prof. M Rosiane Cristina Sozzo Gouvea – rosiane@unisalesiano.edu.br
Prof. Mestre: Rogério Canuto da Silva – rogerio_canuto@terra.com.br

RESUMO

A crescente preocupação com o gasto público tem levado a sociedade a se questionar sobre a efetividade com que o governo trata os recursos públicos. Diante disso, o presente trabalho delimita na esfera municipal a cidade de Lins, apontando dados de sua história, posição geográfica, economia e gestão atual, para verificar se a gestão do gasto público vem sendo assentada com respeito ao interesse público. Discorre ainda sobre algumas normas e legislações que regulam a exigibilidade da contabilidade pública, bem como denota as principais demonstrações contábeis e indicadores financeiros capazes de elucidar um padrão de referência como satisfatório e/ou insatisfatório. Por isso, busca expor a importância da análise das demonstrações contábeis, identificando ao longo dos anos pesquisados, as situações de ordem patrimonial, orçamentária e financeira, apresentando os resultados obtidos através das análises financeiras sobre o desempenho econômico-financeiro do município de Lins. Contribuindo assim, para o fomento e melhoria da instrumentalização do controle social.

Palavras-chave: Análises Financeiras. Contabilidade Pública. Demonstrações Contábeis.

ABSTRACT

The growing concern with public spending has led society to question the effectiveness with which the government treats public resources. Therefore, this work delimits, at municipal level, the city of Lins, pointing out data on its history, geographic position, economy and current management, to verify whether the management of public spending has been established with respect to the public interest. It also discusses some norms and legislation that regulate the enforceability of public accounting, as well as denote the main accounting statements and financial indicators capable of elucidating a benchmark as satisfactory and/or unsatisfactory. Therefore, it seeks to expose the importance of analyzing the financial statements, identifying, over the years researched, the patrimonial, budgetary and financial situations, presenting the results obtained through the financial analyzes on the economic and financial performance of the municipality of Lins. Thus, contributing to the promotion and improvement of the instrumentalization of social control.

Keywords: Financial Analysis. Public Accounting. Accounting Statements.

INTRODUÇÃO

A contabilidade pública é um ramo das Ciências Contábeis dedicada às entidades públicas, com a finalidade de registrar e demonstrar a execução dos orçamentos, o patrimônio público e suas variações. E, como uma entidade governamental, a Prefeitura Municipal de Lins divulga as suas demonstrações contábeis no site da transparência. Por meio desses documentos disponibilizados, baliza-se o presente estudo a fim de determinar qual a relevância das análises dos indicadores financeiros para a gestão pública.

Uma das premissas para o fomento do controle social, promoção do reconhecimento do desempenho econômico-financeiro das contas públicas é a mensuração da efetividade da execução financeira destas contas como superavitário ou deficitário – o que contribui para a melhoria da transparência das contas públicas.

Com isso, busca-se com este trabalho demonstrar as especificidades que norteiam as demonstrações contábeis no que tange à contabilidade pública, bem como, descrever um breve relato sobre a entidade governamental municipal elencando dados importantes sobre a cidade de Lins e, também, valer-se de referencial teórico de suporte que permeia a Contabilidade Pública e seus indicadores. Na sequência, propõe analisar os demonstrativos contábeis da esfera pública municipal (Lins) por meio de análise vertical/horizontal de endividamento e de situação financeira através de comparativos anuais: 2017, 2018, 2019 e 2020. Além de explanar sobre a contribuição do profissional contábil como um dos agentes protagonistas para a gestão pública municipal.

O presente trabalho segue contextualizado de maneira a apresentar a entidade governamental: Prefeitura de Lins, bem como dados de sua localização geográfica, economia e gestão do poder executivo municipal. Em seguida, discorre-se sobre o referencial teórico que permeia a contabilidade pública, em que se explana sobre demonstrativos contábeis e os indicadores financeiros escolhidos.

Posteriormente, expõe-se o estudo de caso elaborado através de pesquisa documental oriundos da Secretaria de Planejamento e Finanças (SEPLAFI) de Lins apresentando os resultados obtidos com as análises dos indicadores financeiros e se

encerra com conclusões e recomendações de estudos futuros sobre a área de pesquisa, ainda pouco aprofundada.

1 PREFEITURA DE LINS

O poder executivo municipal é representado pelo prefeito e vice-prefeito. São eles que exercem as funções executivas e administrativas de uma cidade, sendo responsáveis pela condução das políticas públicas e pelo bom uso dos recursos públicos, tratando-os com eficiência e economicidade.

A Prefeitura Municipal de Lins é a sede do poder executivo da cidade e está localizada na Avenida Nicolau Zarvos, nº 754, Vila Clélia. Sob a gestão do prefeito João Luís Lopes Pandolfi, possui dez secretarias municipais, dentre as quais, tem-se a Secretaria de Planejamento e Finanças – SEPLAFI. Secretaria esta que exerce uma função extremamente importante no que tange à utilização de recursos públicos, bem como na divulgação de demonstrativos contábeis para a sociedade em geral em portal específico de transparência fiscal.

Em 2018, o Produto Interno Bruto – PIB *per capita* da cidade girava em torno de R\$ 48.837 e a população estimada para 2020, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), em 78.503 pessoas. Vale dizer que o município de Lins ocupa o 5º lugar na posição de cidades mais populosas da mesorregião de Bauru e 1º lugar da microrregião de Lins, abrangendo um total de 56 e 10 municípios respectivamente.

A liderança de Lins na microrregião se estende para a área econômica, com geração de emprego e renda. Seu polo industrial conta com empresas do grupo JBS Friboi; BSB, de equipamentos de proteção individual; Usina-Lins, de açúcar e álcool; Laticínio Tirolez; Propack, de tecelagem de fios e fibras sintéticas; Newdrop, produtos de higienização; Cristalins, de água mineral, dentre outras e ainda as concessionárias Via Rondon e Triunfo Transbrasileira, empresas estas geradoras de postos de trabalho e investimento, impactando positivamente a cidade de Lins e toda a microrregião.

Há que se falar também sobre a atuação do comércio linense com bastante expressividade, pois segundo dados do SEBRAE de 2020, a cidade conta com 9.818 empresas, sendo a maioria delas pertencentes ao segmento de serviços (4.243) e

comércio (3.150). Outro dado relevante é a quantidade de Microempreendedores Individuais – MEI, já consta na formalidade 4.673 MEIs.

O empreendedorismo vem sendo uma bandeira levantada há algum tempo, com forte atuação da Agência de Desenvolvimento Econômico Tecnológico (ADETEC) firmando parceria com SEBRAE em 2020, o que ocasionou um espaço intitulado de “SEBRAE AQUI” que objetiva oferecer orientações e apoio a empreendedores e empresários, além de promover cursos e eventos, muitas vezes, de forma virtual, fomentando assim o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas, o fortalecimento da economia e do empreendedorismo local.

A cidade também é contemplada com algumas entidades do SISTEMA S, tais como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) em parceria com a Usina-Lins e Sindicato Rural de Lins (Patronal), onde é ofertado cursos para o mercado de trabalho “agro” a estudantes de 14 a 17 anos incompletos e, o SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, com o objetivo também de auxiliar a inserção de jovens no mercado de trabalho industrial, por meio do Programa Jovem Aprendiz. O setor educacional é uma referência para o município desde 1970, quando foi contemplado com o título “Cidade das Escolas”, atualmente há 04 centros de educação superior, 01 escola técnica mantida pelo Centro Paula Souza, 18 escolas estaduais, 26 municipais, 10 para a educação infantil, 7 de educação básica da rede privada e 9 escolas filantrópicas. E um acervo de mais de 14 mil livros na Biblioteca Municipal.

Lins também é destaque para a microrregião quando o assunto é saúde, com 04 hospitais ao todo, 02 da rede privada (Unimed Lins e São Francisco); 01 da rede estadual de São Paulo (CAIS Clemente Ferreira) que oferta serviços de psiquiatria, neurologia, dependência química e urgência psiquiátrica e 01 da associação civil denominada Santa Casa de Lins, mantida com recursos públicos, das esferas municipal, estadual e federal e, doações da sociedade em geral, contando também com uma unidade de quimioterapia do Hospital Amaral Carvalho de Jaú em parceria com a prefeitura de Lins e a colaboração do Grupo Linense de Combate ao Câncer e Rotary Club de Lins.

Desde 2017 a cidade tornou-se Município de Interesse Turístico (MIT) – (Figura 2) angariando recursos para a promoção de projetos voltados para esta área, com vários templos para o turismo religioso e um museu histórico.

Atingindo bons índices nos quesitos de desenvolvimento humano pelo IBGE (Índice de Desenvolvimento Humano - IDH: 0,786 e Índice de Desenvolvimento Urbano para Longevidade - IDL: 3) pelo Instituto de Longevidade *Mongeral Aegon*. O IDH objetiva oferecer um contraponto a outro indicador financeiro, o Produto Interno Bruto (PIB), considerando três variáveis principais: saúde, educação e renda. Já o IDL objetiva medir o grau de preparação dos municípios para a crescente longevidade e considera sete variáveis: indicadores gerais, cuidados de saúde, bem-estar, finanças, habitação, educação e trabalho, cultura e engajamento.

Percebe-se que os serviços públicos ofertados para a população, dentro do enfoque municipal, são muitos e complexos. O estudo em si elenca alguns de maior representatividade e referência da cidade com o intuito de levar o entendimento de que a gestão municipal por meio do seu chefe do poder executivo deve ser gerida com os princípios do direito administrativo conhecido como: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Esses princípios devem ser seguidos com todo o rigor que a legislação estipula pela prefeitura municipal, por isso se faz tão necessário que cada cidadão participe ativamente do orçamento de sua cidade para poder cobrar e controlar que a gestão do seu município seja a mais efetiva possível.

2 CONTABILIDADE PÚBLICA

A contabilidade pública é um ramo da Ciência Contábil direcionado ao registro, controle e as demonstrações que afetam o Patrimônio da União, dos Estados e dos Municípios, evidenciando os fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial.

Podemos ampliar o conceito da contabilidade aplicada ao setor público para o sistema de informações voltado a selecionar, registrar, resumir, interpretar e divulgar os fatos mensuráveis em moeda, que afetam as situações patrimoniais, financeiras e orçamentárias de órgãos e entidades públicos. (ARAÚJO; ARRUDA, 2020, p. 13)

No Brasil, as normas de contabilidade para o setor público são regidas pela Lei nº 4.320/1964 e adaptadas em 2008 com a aprovação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) responsável por atualizar e implementar novos relatórios de balanço, determinar o reconhecimento da receita no

momento que ocorre o fato gerador, implementar a contabilização da despesa por competência.

A Demonstração contábil tem como objetivo determinar as informações sobre os resultados alcançados apresentados nas operações orçamentárias, econômicas, financeiras e físicas do patrimônio da entidade.

As demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320 de 1964 foram atualizadas e incorporadas mais três itens pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (Portaria n. 438, de 2012), disponíveis nas Normas Brasileira de Contabilidade Técnica Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e, ficam definidas como: Balanço Patrimonial – BP, Balanço Orçamentário – BO, Balanço Financeiro – BF, Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP, Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL e as Notas Explicativas. (ARAÚJO; ARRUDA, 2020)

2.1 Demonstrações Contábeis

O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias por categoria econômica, confronta o orçamento inicial com o que foi realmente executado, verifica o resultado orçamentário (superávit ou déficit), separam as receitas como fonte e as despesas por grupo de natureza.

O Balanço Financeiro representa a movimentação dos recursos financeiros do Estado, demonstrando seu saldo inicial, receitas, despesas e o saldo do exercício apurado que será transmitido no próximo exercício. Neste mesmo capítulo, Araújo e Arruda (2020, p.212) explicam que “o balanço financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, geralmente num exercício financeiro de um ano”.

Já o Balanço Patrimonial demonstra de formas quantitativas e qualitativas a situação do patrimônio, sua estrutura tem os bens e direitos (Ativo) e suas obrigações (Passivo), além das contas de patrimônio e as de compensação.

As estruturas contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/64, foram alteradas por Portarias do STN e da NBC TSP 11 que estabeleceram nova estrutura e conceitos ao balanço patrimonial, em obediência ao processo de convergência à IPSA e a de consolidação das contas públicas. Desta forma o balanço patrimonial é composto de quatro quadros demonstrativos: Quadro Principal; Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; Quadro

das Contas de Compensação; Quadro do Superávit/Déficit financeiro. (ARAÚJO; ARRUDA, 2020, p. 221)

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou não da execução orçamentária, indica o resultado patrimonial do exercício – essas variações podem ser qualitativas ou quantitativas.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam e diminuem o patrimônio líquido, ou seja, fato contábil efetivo; e as variações qualitativas que são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido, ou seja, fato contábil permutativo. (ARAÚJO; ARRUDA, 2020, p. 233)

Elas demonstram as resultantes/independentes da execução orçamentária e indicam seu resultado patrimonial. Subdividindo-se em Variações Ativas e Passivas.

2.2 Indicadores Financeiros

Os indicadores devem ter grande importância no processo de geração de informações úteis, tendo como componentes a unidade de grandeza, fórmula, índice (número) e padrão de referência, servindo de substância para se revelar o que se representa e assim, balizar as tomadas de decisões.

Um aspecto importante a apresentar é o que versa sobre os índices financeiros das entidades, pois eles também auxiliam nos processos de análises e tomadas de decisões, sempre se valendo de comparações de forma interna sobre anos anteriores e projeções para o futuro. Dessa forma, esses indicadores são de grande relevância aos diversos usuários que fazem uso dessas ferramentas em suas análises. Neste ponto, o presente estudo pretende arrolar sobre os alguns índices utilizados em razão da análise das diversas demonstrações contábeis.

Este trabalho apresenta os indicadores de natureza patrimonial: liquidez corrente, seca e imediata, capital circulante líquido, composição do endividamento, solvência de longo prazo e do nível de serviços. De natureza orçamentária: resultado de previsão e execução orçamentária, crescimento de receitas e despesas e desempenho orçamentário acumulado. De natureza financeira: quociente da execução orçamentária, extraorçamentária, do resultado da execução financeira e os saldos financeiros. Por fim, de natureza variação patrimonial: quociente dos ganhos e

perdas do ativo, do resultado das variações patrimoniais, autonomia e autossuficiência financeira, receita e dívida *per capita*.

2.3 Análises Horizontal e Vertical

O objetivo da Análise Horizontal é demonstrar se os valores das Demonstrações Financeiras cresceram ou diminuíram em comparações com períodos anteriores. Na sua elaboração, adota-se o percentual 100 como base, sendo representativo dos valores monetários do ano e servindo de parâmetro para se apurar o percentual de evolução dos exercícios seguintes.

É uma análise que pode ser realizada em qualquer período de tempo, como por exemplo, por ano, trimestre, meses, possibilitando apurar a evolução em diversos períodos de tempo, o que contribui para uma análise mais dinâmica da situação.

De acordo com Andrade (2018, p. 438) a análise horizontal ou de evolução nada mais é do que “a forma de demonstrar a variação orçamentária ou de realização das receitas e despesas públicas, presentes nos demonstrativos legais, comparativamente e restritos a períodos pré-definidos”. O objetivo deste tipo de análise é demonstrar se os valores das Demonstrações Financeiras cresceram ou diminuíram em comparações com períodos anteriores.

A fórmula matemática utilizada é a de regra de três simples, em que se faz a comparação dos exercícios com o período-base. Os índices encontrados nesta análise, em especial, demonstram a evolução, seja ela positiva ou negativa, dos valores monetários consignados nos relatórios e demonstrativos contábeis. (ANDRADE. 2018).

Partindo para a análise vertical, tem-se que ela indica a estrutura das demonstrações contábeis, através de coeficientes de participações, bem como a sua evolução no tempo. No Balanço Patrimonial, os coeficientes são calculados em função do total do Ativo e do total do Passivo mais o Patrimônio Líquido.

Andrade (2018, p.440) também destaca que ela serve para avaliar a “estrutura orçamentária ou de realização no tocante à variação de representatividade (ou porcentagem) de cada conta, no montante geral designado no orçamento ou em sua realização”.

Em suma, a análise horizontal conduz o gestor para cursos e estratégias de ação sendo complementada com a análise vertical que constitui uma técnica de

análise mais completa denominada análise financeira cruzada, capaz de balizar várias ações de melhoria planejadas pelo gestor que detém tais informações.

3 ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LINS

Considerando que recursos públicos devem ser tratados com economicidade e obrigatoriamente obedecem a normas e legislações públicas que visam a garantir a transparência, prestação de contas e instrumentalização do controle social, tem-se a necessidade de se efetuar diversas análises, principalmente no campo contábil, conseguindo por meio dessa área de conhecimento, informações pertinentes sobre a entidade do setor público aos *stakeholders*.

A priori o estudo de caso propõe analisar algumas demonstrações contábeis que englobam as naturezas de informação contábil: patrimonial, orçamentária e financeira. E dentre elas os Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, e, ainda, a Demonstração de Variação Patrimonial da PML. De maneira a afunilar ainda mais o objeto de estudo, listam-se algumas tabelas para se demonstrar os resultados obtidos referentes aos indicadores discriminados no capítulo anterior.

A Tabela 1 apresenta índices maiores que 1 (um), revelando que o Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante, com recursos suficientes para saldar os compromissos exigíveis no curto prazo.

Tabela 1 – Liquidez Corrente

PERÍODO	DESCRIÇÃO	VALORES	RESULTADO
2017	Ativo Circulante	41.973.636,42	1,7974
	VPDs Antecipadas	18.018,92	
	Passivo Circulante	23.342.779,11	
2018	Ativo Circulante	44.978.614,76	3,5470
	VPDs Antecipadas	22.657,63	
	Passivo Circulante	12.674.444,02	
2019	Ativo Circulante	51.439.280,95	5,3578
	VPDs Antecipadas	22.657,63	
	Passivo Circulante	9.596.549,69	
2020	Ativo Circulante	65.360.941,58	22,9588
	VPDs Antecipadas	22.657,63	

	Passivo Circulante	2.845.895,63	
--	--------------------	--------------	--

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021

Tabela 2 – Capital Circulante Líquido

PERÍODO	DESCRIÇÃO	VALORES	RESULTADO
2017	Ativo Circulante	41.973.636,42	18.612.838,39
	VPDs Antecipadas	18.018,92	
	Passivo Circulante	23.342.779,11	
2018	Ativo Circulante	44.978.614,76	32.281.513,11
	VPDs Antecipadas	22.657,63	
	Passivo Circulante	12.674.444,02	
2019	Ativo Circulante	51.439.280,95	41.820.073,63
	VPDs Antecipadas	22.657,63	
	Passivo Circulante	9.596.549,69	
2020	Ativo Circulante	65.360.941,58	62.492.388,32
	VPDs Antecipadas	22.657,63	
	Passivo Circulante	2.845.895,63	

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021

Acima, na Tabela 2, tem-se o Capital Circulante Líquido, que é mensurado através da diferença entre Ativo e Passivo Circulante, demonstrando assim, a folga financeira que se tem em relação à exigibilidade de curto prazo.

Percebe-se que em todo o período analisado foram obtidos resultados positivos, isso significa que o poder executivo municipal detinha recursos para liquidar os compromissos financeiros de curto prazo. O comparativo dos anos revela que o CCL fora aumentando de maneira gradativa, inclusive nos anos de 2019-2020, onde o município, bem como todo o globo terrestre passou a sofrer as consequências, também na economia, de uma pandemia denominada COVID-19.

3.1 Natureza Orçamentária

No que se refere à execução orçamentária propriamente dita tem-se o índice que trata sobre o Resultado da Execução Orçamentária, sendo calculado através da razão entre receitas e despesas orçamentárias.

A seguir, na Tabela 3, observa-se, dentre os anos de 2017 a 2020, um resultado positivo, ou seja, acima de 1(um) constatando superávits de ordem orçamentária.

Tabela 3 – Resultado da Execução Orçamentária

	RECEITA EXECUTADA	DESPESA EXECUTADA	
2017	183.616.035,38	174.587.370,75	1,05
2018	210.186.816,07	193.088.504,65	1,09
2019	218.174.815,25	202.488.691,43	1,08
2020	226.379.699,80	199.482.812,91	1,13

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021

3.2 Natureza Econômico-Financeira

Um índice a se analisar inserido no escopo do Balanço Financeiro é o Quociente do Resultado da Execução Financeira. Trata-se de um indicador que verifica o equilíbrio do resultado do exercício financeiro entre receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias. Na Tabela 4, percebe-se equilíbrio no de 2017, já nos anos posteriores, observa-se os superávits financeiros ocorrendo de maneira gradual, os superávits acontecem quando se tem receitas maiores que despesas.

Tabela 4 – Quociente do Resultado da Execução Financeira

Período	Receita (Orçamentária + Extraorçamentária)	Despesa (Orçamentária + Extraorçamentária)	Resultado
2017	191.807.614,41 + 134.739.648,87	191.065.326,83 + 135.218.100,14	1,0008
2018	218.646.942,39 + 65.759.667,41	10.365.969,30 + 71.001.783,97	1,0108
2019	226.299.239,59 + 86.834.594,39	219.470.589,59 + 87.266.009,09	1,0209
2020	235.329.160,04 + 109.621.412,49	218.561.405,16 + 113.701.671,24	1,0382

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021

3.3 Natureza de Variação Patrimonial

Quando se fala em quociente dos ganhos e perdas do ativo, significa indicar se houve aumento ou diminuição do patrimônio líquido. Para isso se analisam as VPAs e VPDs obtidas com a valorização/desvalorização e ganhos e perdas do ativo.

A Tabela 5 expressa abaixo que nos anos de 2017 e 2018 houve resultado positivo superior a 1(um), indicando que a valorização e ganhos do ativo foram superiores à sua desvalorização e perdas. Em contraposição, têm-se nos anos 2019 e 2020, índices na ordem de 0,02 e 0,13 respectivamente, indicando que a

desvalorização e perdas do ativo foram superiores à valorização e ganhos do mesmo, afetando negativamente o patrimônio líquido.

Tabela 5 – Quociente dos Ganhos e Perdas do Ativo

PERÍODO	2017	2018	2019	2020
VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS	7.121.382,36	4.398.735,27	28.954,19	280.672,31
DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS	1.825.414,94	3.590.604,83	1.626.529,71	2.224.245,32
RESULTADO	3,90	1,23	0,02	0,13

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021

3.4 Comparativo das Análises Horizontal e Vertical

Partindo para a Análise Horizontal e Vertical do Balanço Patrimonial propriamente dita tem-se um comparativo entre os anos pesquisados.

A análise horizontal consiste em analisar o desempenho de uma mesma conta fazendo a comparação entre os anos, efetuam-se os cálculos nos anos de 2018, 2019 e 2020 porque no ano de 2017 não fora utilizado os dados do ano anterior.

Já a análise vertical, parte do princípio de analisar a empresa verticalmente, os resultados apresentados são em porcentagem, em que o total do balanço equivale 100% e cada conta demonstra o quanto ela representa do total.

A análise vertical do Passivo apresenta a capacidade de a entidade com capital próprio, isto é, em todos os anos o resultado foi maior de 80% e acontecendo um aumento a cada ano que se passou, significando que a Prefeitura Municipal de Lins possui um capital próprio sólido, não dependendo exacerbadamente de capital de terceiros.

CONCLUSÃO

Sabe-se que de nada funciona a junção de diversos dados sem a sua devida transformação em informação. E informação é a ordenação desses dados em algo com sentido e significado. Sob a óptica da área de Ciências Contábeis, isso também não seria diferente, é na hora da interpretação dos dados em informações que se traz

luz à importância do profissional contábil, sendo este, capaz de elaborar análises que são primordiais para as tomadas de decisões de qualquer gestor, o gestor público.

Com isso, entende-se que não há profissional mais habilitado para analisar e interpretar as demonstrações contábeis do que o contador. A presente pesquisa busca abordar a efetividade da execução financeira, bem como o desempenho econômico da PML por meio de seus demonstrativos contábeis e seus indicadores.

O grupo de estudo optou por fazer a pesquisa em cima das demonstrações de grande peso, como os Balanços Patrimoniais, Orçamentário e Financeiro, além das DVPs, elaborando as análises através dos cálculos de diversos indicadores financeiros e efetuando comparativos anuais, dentre os períodos que se estendem de 2017 a 2020.

Os índices utilizados revelaram a capacidade de a PML saldar suas dívidas de curto e longo prazo, verificar a composição dos endividamentos, dos resultados orçamentários, financeiros, bem como suas variações aumentativas e/ou diminutivas. Dentre os diversos índices utilizados, a grande maioria obteve resultados considerados como satisfatórios. Os indicadores de natureza patrimonial obtiveram saldos positivos, como os de liquidez: corrente, seca, imediata, capital circulante líquido; diminuição gradativa do grau de endividamento e capacidade positiva da solvência de longo prazo, bem como do nível de serviços.

Sob o enfoque de natureza orçamentária, os indicadores apresentaram oscilações entre satisfatório e insatisfatório, mas ainda com média positiva. Demonstrando superávits orçamentários para o resultado da execução orçamentária, com destaque a maior para 2020.

Sob o prisma de natureza financeira, os indicadores de quociente do resultado execução financeira revelam mais situações de superávits, excetuando-se neste caso, o ano de 2017, demonstrando a condição de equilíbrio.

Em se tratando das variações patrimoniais, os indicadores de autonomia e autossuficiência financeira, bem como os de resultado das variações patrimoniais e de ganhos e perdas do ativo, obtiveram resultados satisfatórios, excetuando-se apenas os anos de 2019 e 2020, que apresentaram desvalorizações e perdas do ativo maiores que a valorização e ganhos.

Após a verificação de todos esses dados, fica mais fácil mensurar o desempenho econômico que a prefeitura de Lins vem sofrendo ao longo dos últimos anos e se pode concluir que, em um balanço geral, a sua execução financeira vem

sendo tratada de maneira satisfatória. É óbvio que, a análise das demonstrações leva em conta a ordem quantitativa, mas sabe-se que em uma análise mais ampla, deve-se considerar não apenas números, mas também a qualidade da prestação dos serviços à sociedade.

De uma maneira geral, o estudo sinaliza que a Prefeitura de Lins apresenta bons quantitativos sob a vertente contábil e se recomenda que haja mais estudos desta ordem, com o intuito de se agregar conhecimento teórico e prático sobre as DCASP e contribuir substancialmente para a melhoria da instrumentalização do controle social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 6 ed. – [2 Reimpr.] – São Paulo: Atlas, 2018.

ARAÚJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade pública: da teoria à prática**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

BRASIL. Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. **Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do distrito federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em 05 mar. 2021.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama**. São Paulo. Lins. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/lins/panorama>>. Acesso em 10 maio 2021.

KOHAMA, Heilio. **Balanços públicos: teoria e prática**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2015. [Minha Biblioteca]. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522496136/pageid/0>>. Acesso em 30 ago. 2021.

LIMA, Severino Cesáreo de; DINIZ, Josediton Alves. **Análise financeira governamental**. 1. ed. [2ª Reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2016.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2019. [Minha Biblioteca]. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021509/cfi/6/2/4/2@0.00:0>>. Acesso em 22 fev. 2021.